

O emprego doméstico e os ciclos econômicos no Brasil: uma análise desde 2002 até a chegada da COVID-19¹

Luanna Tomé de Oliveira (UNIFESP)²

Solange Ledi Gonçalves (UNIFESP)³

Resumo: Como possibilidade de estudo sobre o emprego doméstico no Brasil está a análise das condições socioeconômicas dos empregados domésticos ao longo das primeiras décadas do século XXI, diante das flutuações econômicas. Este artigo visa contribuir com a literatura sobre essa forma de trabalho, a partir da construção das condições e perfis dos trabalhadores com ocupação no emprego doméstico, entre os períodos de 2002 até a chegada da COVID-19, utilizando os microdados longitudinais da PME e PNADC (IBGE). Para isso, foram realizadas análises descritivas e econométricas por meio das quais foi possível apreender como perfil socioeconômico do emprego doméstico a mulher, não-branca, pouco escolarizada que auferia baixos rendimentos. Outrossim, a relação conjuntural econômica recente aponta para movimentações no emprego doméstico para dentro da ocupação dado retração econômica, enquanto a movimentação para fora do emprego doméstico ocorre em situações de crescimento econômico, no entanto para todos os casos há manutenção do perfil do empregado doméstico.

Palavras-chave: emprego doméstico, ciclos econômicos, desigualdade de gênero.

Abstract: As a possibility for studying domestic employment in Brazil, there is an analysis of the socioeconomic conditions of domestic employees over the first decades of the 21st century, in view of economic fluctuations. This article aims to contribute to the literature on this form of work, from the construction of the conditions and profiles of workers employed in domestic employment, between the periods of 2002 until the arrival of COVID-19, using longitudinal microdata from PME and PNADC (IBGE). For this, descriptive and econometric analyzes were carried out, through which it was possible to apprehend the socioeconomic profile of domestic employment to non-white women, with little education and low income. Moreover, the recent economic situation relationship points to changes in domestic employment into the occupation given the economic downturn, while the movement out of domestic employment occurs in situations of economic growth, however, in all cases, there is maintenance of the profile of the domestic employee.

Keywords: domestic employment, economic cycles, gender inequality.

Área 13 – Economia do Trabalho

JEL Classification: J15, J16, O10

¹ Agradecemos o apoio financeiro para esta pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Estudante de Ciências Econômicas na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: oliveira.luanna@unifesp.br

³ Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: slgoncalves@unifesp.br

1. Introdução: O emprego doméstico e os ciclos econômicos no Brasil

O emprego doméstico é compreendido por grande parte da literatura como um trabalho de baixa qualificação, estigmatizado e desvalorizado, e que frequentemente é realizado sob condições precárias. Mulheres que trabalham como empregadas domésticas remuneradas ganham cerca de 45% do salário das mulheres em outras ocupações, como constata o estudo de Pinheiro, Rezende e Fontoura (2019). Costa (2016) aponta que, por se tratar de uma ocupação historicamente associada a péssimas condições de trabalho, baixos salários e muitas horas trabalhadas, é responsável por deixar cerca de 6 milhões de mulheres no país expostas a doenças físicas e psicológicas. Esse tipo de trabalho, em muitos países em desenvolvimento como o Brasil, se mantém existente, tanto em contextos de crises econômicas, como em momentos de alto crescimento.

A priori, a constituição histórico-social da ocupação explica a realidade contemporânea de precariedade a qual o emprego doméstico está submetido. Portanto, é importante considerar as perspectivas históricas que remontam a estruturação do emprego doméstico, uma vez que são determinantes para compreensão do presente.

Edwards (2019) argumenta que o emprego doméstico é uma atividade pré-capitalista e associada ao período escravocrata, e que se trata de uma atividade não condizente com o modelo produtivo industrial moderno e que mantém a precarização, a partir de ambientes paternalistas com simbologias subordinantes de hierarquização entre empregadores e empregadas domésticas. Já as análises marxistas sobre o tema entendem o emprego doméstico como cerne do capitalismo, tendo em vista que a atividade doméstica foi formulada para o desenvolvimento desse modelo de produção, por meio da desvalorização do trabalho feminino e a fim de promover a exploração e mais-valia, Federici (2013).

Outrossim, uma leitura possível e complementar é do emprego doméstico como resultado do processo de urbanização e globalização os quais ainda que com a abolição da escravidão, manteve a estrutura organizacional e o modelo cultural-tradicional dos escravizados domésticos, Melo (1998).

Portanto, o emprego doméstico é consolidado dentro da conjuntura econômica dado sua historicidade e permanência. No entanto, cabe ressaltar o cenário ainda mais intensificado dessa ocupação em países com alto nível de desigualdade social, como o Brasil (VIECELI, FURNO, HORN, 2017). Dessa forma, tal contexto implica a formação do perfil de mão-de-obra que realiza essa atividade, sendo ele relacionado a grupos marginalizados socialmente, de acordo com a PNADC (IBGE) dentro do período de 2002 a 2019, com cerca de 90% dessa ocupação sendo de composição feminina, 60% de pessoas não-brancas e uma maioria de pessoas com baixa qualificação.

Então, pode-se perceber que os cenários de desigualdades para o perfil socioeconômico do emprego doméstico baseiam-se tanto na lógica de gênero, quanto para raça e classe. Cabe ressaltar, ainda, as condições de precariedade dessa categoria ocupacional, averiguada na falta de seguridade social com a ausência majoritária de carteira de trabalho para a categoria, baixos salários, muitas horas trabalhadas, abusos sofridos e ambiente de trabalho precário.

Sendo assim, a demanda e oferta desse tipo de emprego pode ser analisada com base na vulnerabilidade construída historicamente para esses trabalhadores, o que pode determinar que, diante de ciclos econômicos, essa mão-de-obra esteja sujeita a maior sensibilidade e rotatividade do que os demais trabalhadores de uma economia, ainda que com igual baixo nível de escolaridade e qualificação. Uma particular via de investigação é a existência de transições para fora da ocupação em conjunturas econômicas favoráveis, dado o aumento de oportunidades de emprego com melhor remuneração e condições e também do aumento de oportunidade de acesso à educação; ou de maior taxa de entrada para essa ocupação, em conjuntura de retração econômico

e aumento do desemprego, que fazem dessa ocupação uma possibilidade de auferir renda, sem treinamento específico e muito custoso.

Destarte, o objetivo central do presente artigo se constitui em analisar as movimentações das empregadas domésticas diante dos ciclos econômicos a partir da participação do emprego doméstico dado condições individuais socioeconômicas e da conjuntura econômica associada aos índices do produto interno bruto do país (PIB). Para atingir o objetivo, além do aparato teórico são realizadas análises gráficas descritivas e aplicações econométricas a fim de corroborar resultados e análises.

Além dessa introdução, o artigo se estrutura com a próxima seção de revisão de literatura, a qual contempla tanto histórico quanto as condições econômicas associadas ao emprego doméstico para apresentar a dinâmica da ocupação. A seção 3 aborda os aspectos metodológicos utilizados no desenvolvimento das análises gráficas e econométricas e da base de dados. A partir disso, as seções 4 e 5 tratam dos resultados e análises. Por fim, a seção 5 apresenta as conclusões do trabalho.

2. Revisão de literatura

Uma recente literatura mostra que o emprego doméstico, compreendido socialmente como ocupação tipicamente feminina, é estigmatizado, desvalorizado e, por conseguinte, frequentemente realizado por trabalhadoras oriundas de famílias de baixa renda e com baixa qualificação. Portanto, grande parte da literatura reitera o emprego doméstico como uma ocupação inferior, dado o perfil de pessoas marginalizadas que o compõe e a conjuntura e instabilidade a qual esses indivíduos estão submetidos.

Assim, essa ocupação está historicamente associada a péssimas condições de trabalho, baixos salários e muitas horas trabalhadas além de, no Brasil, apresentar cerca de 68% dos trabalhadores na informalidade (ONU, 2016). Dada a sua precariedade, essa ocupação no Brasil apresenta 6 milhões de mulheres expostas a doenças físicas e psicológicas, como aponta Costa (2016).

Ademais, é possível perceber que esse tipo de trabalho em países em desenvolvimento como o Brasil, se mantém existente tanto em contextos de crise econômica como em contextos de alto crescimento. Além disso, pode se inferir a importância desse mercado para população feminina, sendo ele a segunda maior ocupação entre as mulheres no país, e a manutenção cultural do emprego doméstico pelas classes médias e altas (Picanço, 2014).

Á vista disso, é importante delimitar as origens socioeconômicas que constituem trabalhadores emprego doméstico no país, já que há a manutenção do perfil de trabalhadores que atuam nessa ocupação. Nesse sentido, o emprego doméstico é predominantemente feminino e é a realidade de uma proporção considerável das mulheres no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2019, 92% dos trabalhadores em empregos domésticos pagos eram mulheres. Além disso, estudos feitos por Pinheiro, Rezende e Fontoura (2019) com dados da PNADC (IBGE) apontam que essa ocupação é realizada majoritariamente por negros, que são 63% dessa mão de obra, e por indivíduos de baixa renda.

Para compreender a realidade contemporânea do emprego doméstico no Brasil é necessário analisar sua evolução e constituição histórica. Melo (1998) revela a convergência histórica do emprego doméstico no Brasil e nos Estados Unidos, tendo em vista o período da escravidão nesses lugares marcado pela existência de escravos domésticos, responsáveis pelas atividades dos lares, e o período da abolição como formador do emprego doméstico por meio da manutenção de estruturas já existentes na época da escravidão.

Essa explanação corrobora com a argumentação dos estudos recentes de Edwards (2016) os quais tratam o trabalho doméstico como forma remanescente do pré-capitalismo, até mesmo por suas características servis com ambiente paternalista, oferecimento de alimento, proteção de uma casa, além das diferentes simbologias de subordinação as quais perpassam o uso de roupas para distinção, tratamento por pronomes não recíprocos, não controle do tempo ou do trabalho a ser realizado. Mori, Bernadino-Costa e Fleischer (2011) também argumentam que a persistência das consequências de uma sociedade colonial escravagista e hierarquizada é a desigualdade social, educacional, econômica, resultado da discriminação de classe, gênero e raça.

Marques (2011) ainda apreende da conjuntura mais recente que o aumento da demanda pelo emprego doméstico remunerado está relacionado com a crise tradicional do modelo dos cuidados. Essa crise é o resultado da intensificação da participação da mulher no mercado de trabalho, mudança na forma de organização do trabalho, mudança nas estruturas familiares com o envelhecimento populacional, ausência de políticas públicas para lidar com as alterações da instituição básica de formação social, a família.

Cabe dizer que o contexto de políticas educacionais tais como as que foram implementadas no Brasil ao longo das duas primeiras décadas do século XXI⁴, que determinaram o aumento do ingresso no ensino superior de jovens de famílias de baixa renda, proporcionou que a parcela mais jovem das empregadas domésticas pode passar a ter mais chances de atuar em ocupações de mais alta qualificação e pode deixar o emprego doméstico, como indica análises de Bruschini (2000) para o caso brasileiro.

Partindo das “ambiguidades afetivas”⁵, Goldstein (2000) conceitua a relação de classe na qual há trocas afetivas entre mulheres que podem pagar pelo emprego doméstico e mulheres pobres que oferecem esse serviço. Nesse contexto, a informalidade e a proximidade relacional flexibilizam a consciência da classe trabalhadora quanto a jornada de trabalho, remuneração, formas de tratamento adequados. Assim, sistematicamente as empregadas domésticas já vulneráveis socialmente são imersas na cultura da “reprodução estratificada”⁶ na qual Colen (1995) afirma que as empregadas domésticas são a base do trabalho reprodutivo, esse designado a mulheres, mas que de fato acontece em grande medida para mais vulneráveis, tendo em vista o processo de libertação de outras pela via mercadológica.

A busca pela regulamentação do emprego doméstico se dá com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de 2012, recentemente implementada como Emenda Constitucional em 2013 e reconhecida como PEC das domésticas, até originar a Lei Complementar em 2015.

A partir da PEC das domésticas, os direitos trabalhistas dos empregados domésticos foram regulados com o intuito de reduzir a informalidade no setor. Dessa forma, todo empregador passou a ter a obrigação de registrar seu empregado doméstico e assinar sua carteira de trabalho, em caso de prestação de serviço de forma contínua por mais de 2 dias na semana

⁴ As principais políticas foram o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para mais informações sobre as políticas públicas citadas, ver: <http://prouniportal.mec.gov.br/>, <http://portalfies.mec.gov.br/>, <http://reuni.mec.gov.br/>.

⁵ É a troca afetiva entre aquelas mulheres que podem pagar pela ajuda doméstica e as mulheres pobres que oferece seus serviços que estabelece relação de classe, poder nessa relação (GOLDSTEIN, 2003).

⁶ Modo como as tarefas “reprodutivas” têm sido distribuídas de acordo com hierarquias de classe, raça, gênero e grupos étnicos (COLEN, 1995).

em um mesmo domicílio. A jornada de trabalho de um empregado doméstico passou a ser limitada a 8 horas diárias ou, no máximo, 44 horas semanais. Essa lei traz então a nova concepção sobre as categorizações de diaristas e mensalistas, no qual as últimas são contempladas com seguridade social.

A compreensão aprofundada do emprego doméstico no país nos dias atuais passa pelo estudo das decisões de mercado de trabalho dos trabalhadores que atuam permanente ou transitoriamente por essa ocupação. O emprego doméstico como primeira ocupação de um indivíduo aumenta em quatro vezes a probabilidade relativa de continuidade nessa ocupação, segundo Souza (2018). Outrossim, têm-se nessa ocupação alta rotatividade dos parte dos jovens, uma vez que se apresenta como uma ocupação sensível e transitória para o mercado de trabalho.

O emprego doméstico atualmente no Brasil, como reitera Costa (2016), é composto em mais de 90% de mão de obra feminina, sendo 63% dos trabalhadores negros, com alto grau de informalidade, já que apenas 34% dos empregados domésticos são registrados em carteira. Além disso, essas trabalhadoras apresentam rendimentos 45% menores do que mulheres em outras ocupações. Logo, Costa (2016) define o perfil médio das empregadas domésticas como centrado em não-brancas, com cerca de 41 anos de idade e de baixa escolaridade.

Assim como ocorre uma constância no perfil dos empregados domésticos no Brasil, é possível que a relação entre o mercado de trabalho para essa ocupação e os ciclos econômicos também apresente tendências que se repetem ao longo do tempo. Dessa maneira, em períodos de crise econômica, com o aumento da taxa de desemprego em toda economia, pode ocorrer uma diminuição da demanda por emprego doméstico por parte das famílias com renda média e alta. Concomitantemente a essa diminuição da demanda, pode haver aumento da oferta dessa mão de obra, já que essa atividade pode se tornar uma alternativa de trabalho, determinando uma cunha entre oferta e demanda por esses trabalhadores e um nível de desemprego ainda mais alto entre as trabalhadoras domésticas.

Nos períodos de crescimento pode ocorrer o movimento contrário, com aumento da demanda por emprego doméstico remunerado, por parte das famílias de mais alta renda, e uma diminuição da oferta dessa mão de obra, na medida em que a melhor situação do mercado de trabalho (menor taxa de desemprego e maiores remunerações) possibilita um maior salário reserva dos trabalhadores e melhores oportunidades para todas as mulheres.

Os ciclos econômicos, juntamente com a existência de políticas públicas voltadas à inserção dos jovens em situação de vulnerabilidade social no ensino superior, ou até mesmo a conclusão do ensino médio, também podem determinar uma mudança na composição do emprego doméstico remunerado. É possível, por exemplo, que em momentos de expansão econômica, parte das mulheres decida continuar ofertando trabalho doméstico, mas cobrando um maior valor pela sua hora de trabalho e outra parte, diante das boas condições do mercado de trabalho como um todo e/ou de menor custo da educação, decida buscar por outros tipos de vaga de emprego menos estigmatizados, mais valorizados e com menor empenho de esforço físico.

A chegada do coronavírus ao Brasil ocorre em um contexto de baixo crescimento econômico e aumento do desemprego no país. Porém, com a redução das atividades econômicas, ocorre o aumento ainda maior da taxa de desemprego e diminuição das receitas tributárias. Os indivíduos e famílias são atingidos pelo desemprego e redução de salários, o que significa uma perda significativa da renda (LEMOS, 2020).

Dados recentes da PNAD COVID 19 (IBGE) revelam que 33,6% das empregadas domésticas sem carteira assinada estão afastadas do trabalho, revelando que elas estão entre os trabalhadores proporcionalmente mais afetados pela pandemia, devido ao distanciamento social. A pesquisa também revela que a maioria das empregadas domésticas afastadas não recebem remuneração – são 9,7 milhões de indivíduos nessa situação. Além disso, os dados também revelam que 39% dos empregadores dispensaram as suas diaristas sem pagamento e somente 39% mantiveram suas empregadas mensalistas no trabalho normalmente.

Então, percebe-se que o cenário anterior de precariedade e insegurança no trabalho é agravado diante dessa realidade da pandemia, anunciando uma desaceleração econômica e empobrecimento das famílias, no pós-pandemia. A queda na demanda por emprego doméstico, resultado do isolamento social que inviabiliza a prestação desse tipo de serviço, associada ao fato de grande parte desse grupo de trabalhadores não possuir vínculos empregatícios formais e direitos trabalhistas – os quais garantem acesso ao seguro-desemprego e outros benefícios trabalhistas, e o contexto de ineficácia de políticas públicas de transferência de renda e segurança alimentar no período, impõem aos trabalhadores uma decisão entre não oferecer condições básicas de subsistência a sua família ou enfrentar o risco da continuidade do seu trabalho.

3. Estratégia Empírica

A fim de realizar a compreensão da movimentação socioeconômica das empregadas domésticas associada a intersecções e análises que perpassam diferentes realidades dentro e fora do trabalho do cuidado e no contexto econômico no qual o país se insere, o estudo utiliza os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), para o período de 2002 a 2012, uma vez que antes de ser substituída pela PNADC (IBGE) ela abrangia seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), e seu tema pilar era trabalho, associado a características de educação e demográficas, por meio da investigação no nível dos domicílios. A metodologia da PME consistia na rotação das unidades domiciliares, no qual um mesmo domicílio permanece na amostra por 4 meses consecutivos, depois retirado por 8 meses e novamente estudado durante 4 meses.

Quanto aos dados da PME com 11.928.047 de observações, na construção da amostra de empregados domésticos, foi levantada uma limitação para a disponibilidade de uma variável para categorização quanto à empregada doméstica mensalista e diarista. Dessa forma, para contemplar as diferenças intra-ocupacionais é utilizada uma proxy para essas categorias do emprego doméstico, com base na posse de somente um trabalho principal ou na posse de um trabalho secundário adicional, ou seja, a situação em que o indivíduo relata trabalhar em mais de um domicílio.

Também são utilizados os microdados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período entre 2012 e 2019 – o qual cobrirá todos os microdados disponíveis da PNADC - que também coincide com o período o qual determinará os avanços institucionais como a Lei Complementar da PEC das domésticas (2015), concomitantemente com problemáticas conjunturais econômicas de recessão. A coleta de dados da PNAD Contínua traz indicadores para acompanhar as movimentações trimestrais e a evolução, a curto, médio e longo prazos, da força do emprego doméstico e outras informações necessárias para o estudo e análise das características socioeconômicas das trabalhadoras nessa ocupação. Com isso, a PNAD Contínua incorpora em sua metodologia atualizações conceituais referentes ao tema trabalho, além de trazer um painel rotacional de forma que os domicílios selecionados para a amostra são pesquisados uma vez por trimestre, durante 5 trimestres consecutivos. A abrangência geográfica

da base de dados é todo o território nacional, excluídas as áreas com características especiais, classificadas pelo IBGE.

A amostra é composta por 18.088.581 observações que permite ao mesmo tempo generalizar e aprofundar as análises realizadas. Para reduzir problemas com identificação e declaração de informações na PNADC (IBGE), são avaliadas: pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal; pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como trabalhadores domésticos no trabalho principal, por número de domicílios em que trabalhavam; rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por sexo; rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal.

Ademais, cabe dizer que faz parte da agenda futura do artigo análises para o período da COVID-19 utilizando os dados da PNADC referente aos trimestres de 2020 e os microdados longitudinais semanais da PNAD COVID, para analisar a situação das empregadas domésticas no período de COVID-19. É necessário salientar a diferenciação em relação à coleta e aos dados da PNAD COVID, em que as entrevistas foram realizadas por telefone e com um questionário dividido em duas partes. Na primeira parte, as questões estavam relacionadas à saúde, em específico sobre sintomas referente a síndrome gripal, enquanto na segunda parte, constava as questões do trabalho. A PNAD COVID também apresenta a classificação para a população em idade para trabalhar em: ocupados, desocupados e pessoas fora da força de trabalho, além de caracterizar a ocupação e a atividade; afastamento do trabalho e o motivo do afastamento; exercício do trabalho remoto; busca por trabalho; motivo por não ter buscado trabalho; horas semanais efetivamente e habitualmente trabalhadas; rendimento efetivo e habitual do trabalho. Outrossim, para constituir o rendimento domiciliar ainda se considera se algum morador recebeu rendimentos oriundos fora do trabalho como aposentadora, benefícios do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial relacionado à COVID, seguro-desemprego, aluguel etc. A pesquisa abrange todo território nacional.

3.1. Estimativa econométrica: regressão linear múltipla

A análise de regressão linear múltipla será realizada para as relações entre: i) a participação total das trabalhadoras ocupadas no emprego doméstico e a conjuntura econômica; e ii) os salários das mulheres nesse mercado de trabalho e a conjuntura econômica.

A equação abaixo descreve, em um formato simplificado, uma análise de regressão linear múltipla, em um contexto de uso de dados longitudinais:

$$Y_{it} = X_{it}\beta + \varepsilon_{it}$$

Em que o subscrito i denota indivíduo e t denota período; Y_i representa qualquer uma das duas possíveis variáveis dependentes ou de resultados (participação mulheres no emprego doméstico; salários das mulheres nesse mercado de trabalho); X_i é um vetor de características observáveis dos indivíduos e contém também as variáveis que captam as flutuações econômicas (taxa de crescimento econômico ou taxa de desemprego trimestral); β é um vetor de parâmetros que visa captar a relação entre as variáveis explicativas observáveis e as variáveis-resposta (variáveis dependentes); e ε_i é o termo de erro da regressão que capta características não-observáveis que afetam as variáveis-resposta. Como os dados utilizados são longitudinais, é possível utilizar abordagens econométricas em painel, por exemplo, o modelo de efeitos fixos para obter resultados mais robustos.

As variáveis dependentes incluídas no modelo portanto são a participação de mulheres no emprego doméstico e os salários das mulheres nesse mercado de trabalho. Para as variáveis explicativas são consideradas como características socioeconômicas sexo, raça/cor, idade, presença de cônjuge, presença de filhos de 0 a 6 anos, chefe de domicílio, anos de educação, região, PIB.

As estimativas feitas através da regressão múltipla para todos os anos analisados têm como objetivo encontrar correlações estatisticamente significativas entre as variáveis dependentes e as suas características observáveis.

4. Análises de estatística descritiva para a composição do emprego doméstico

As análises de estatística descritiva contão com tabelas de frequência e gráficos de distribuição que demonstram e constituem a relação das características socioeconômicas dos trabalhadores do emprego doméstico remunerado. As características socioeconômicas analisadas são a posição e a ocupação das mulheres no trabalho, a renda familiar, raça (cor). Enquanto as avaliações das condições socioeconômicas estarão ligadas a renda salarial média mensal e realidade conjuntural econômica do país.

São consideradas as categorizações que configuram o emprego doméstico e a movimentação do período econômico avaliado.

Dessa forma revela-se a composição do perfil da mão-de-obra da ocupação, as condições de trabalho à qual esse perfil determinado se insere e a relação do emprego doméstico e do empregado doméstico durante os ciclos econômicos do período de 2002 a 2019. Assim, as estatísticas dão conta da persistência das características do perfil do emprego doméstico, assim como das condições de trabalho e as trajetórias de entrada e saída para essa ocupação.

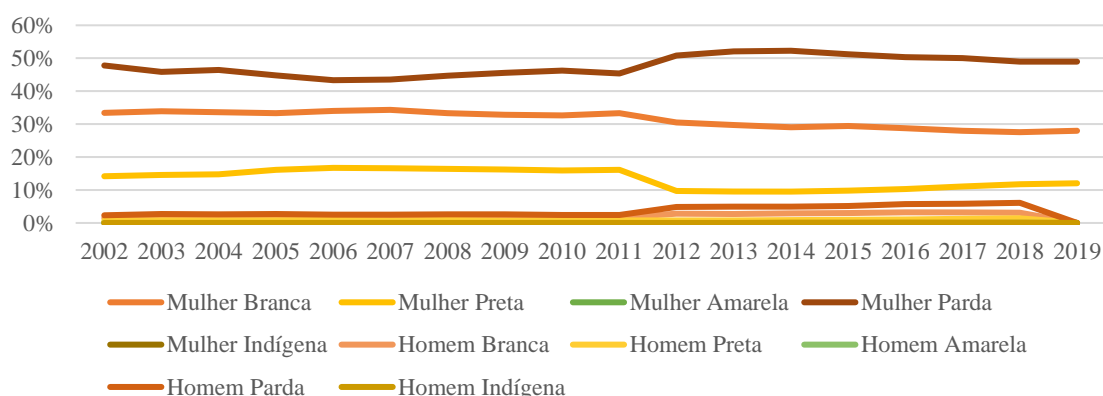
4.1. Composição e evolução do perfil socioeconômico no emprego doméstico.

O Gráfico 1 permite verificar em um primeiro momento a definição de gênero para ocupação, dado que as mulheres apresentam maior quantidade absoluta de participação nessa atividade, chegando a atingir no agregado mais de 90% de participação na ocupação em relação ao homem para todo período analisado. Sendo importante considerar para além da relação comparativa de gênero o alto grau de mulheres que realizam essa atividade, corroborando com estudos indicativos do emprego doméstico como 2º maior lugar de alocação de trabalho feminino.

Outrossim, a definição de raça para ocupação é também presente e relevante, uma vez que mulheres não-brancas são as principais integrantes dessa mão-de-obra, representando 2 vezes mais que mulheres brancas na ocupação. Ainda vale dizer da importância das mulheres pretas e pardas nessa função ao longo dos anos representados, mas também anterior como aponta a leitura histórica associando essa condição a escravidão.

Ademais, de acordo com o gráfico percebe-se a constância do perfil do emprego doméstico ao longo do período, nesse sentido não há mudanças e nem uma heterogeneidade na ocupação, tanto para década passada quanto para a realidade atual o emprego doméstico segue sendo realizado por mulheres não-brancas. Isso significa que os ciclos econômicos, mesmo favoráveis a novas oportunidades ocupacionais e educacionais não se instituíram como reformadores do emprego doméstico.

Gráfico 1: Composição gênero-raça do emprego doméstico (2002-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (IBGE), para o período de 2012-2019, e PME (IBGE), para o período de 2002-2011.

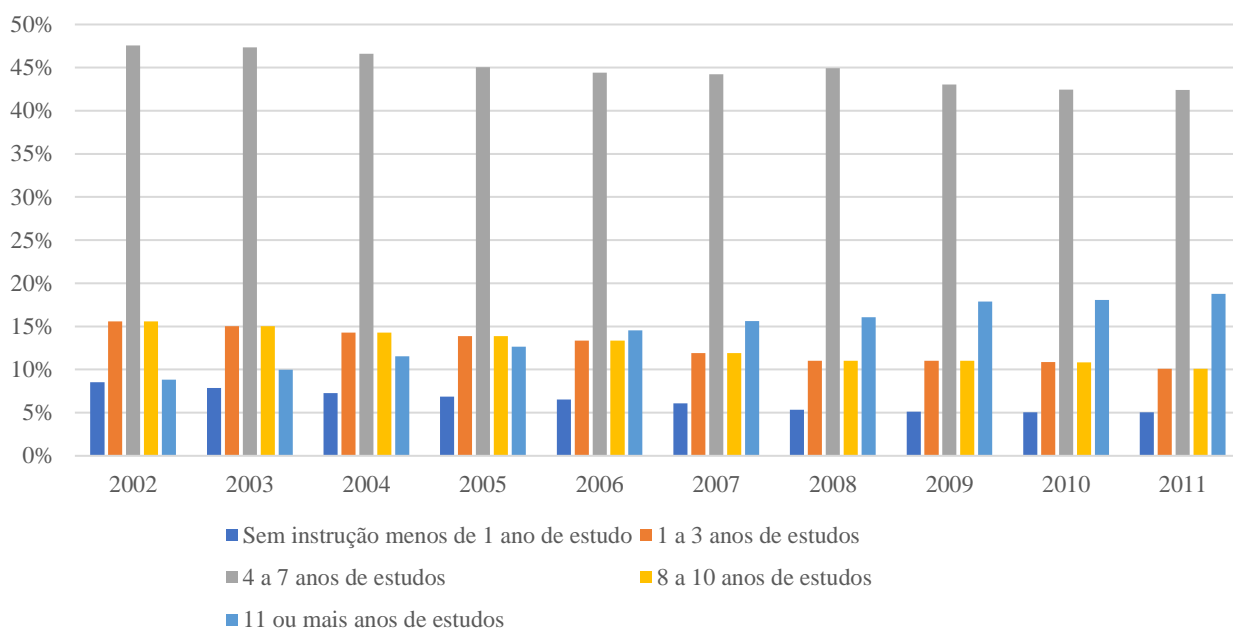
Um outro aspecto formador do perfil socioeconômico do emprego doméstico é o nível educacional, tendo em vista a baixa qualificação uma das características centrais da atividade e as limitações que o baixo nível educacional pode impor aos indivíduos.

À luz dessa perspectiva os gráficos 2 e 3 apresentam os anos de estudos para a categoria de trabalhadores domésticos, neles é possível notar o aumento significativo da escolaridade desses, o que se deve em grande medida aos programas de políticas educacionais da década passada. Dessa forma, percebe-se a saída expressiva da escolaridade praticamente restrita ao ensino fundamental- 4 a 7 anos de estudo- nos anos 2000, representando mais de 45% dos empregados domésticos no início do século, para a formação da classe trabalhadora com ensino superior incompleto- 11 ou mais anos de estudo- que salta de menos de 10% da ocupação para mais de 30%.

No entanto, mesmo com inflexões, em especial a de 2013 que aumentou em 10% o número de trabalhadores domésticos com ensino médio completo-8 a 10 anos de estudo- ainda se conserva a alta proporção da escolaridade limitada ao ensino fundamental, correspondente a mais de 40% da classe.

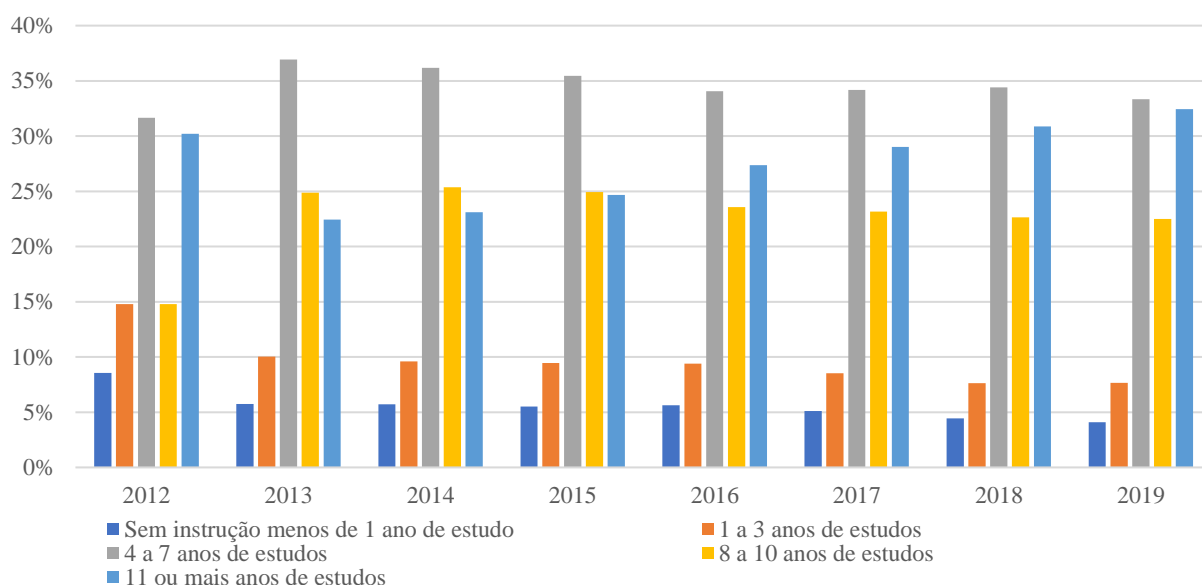
Destarte, ainda que haja a manutenção de gênero-raça para o emprego doméstico, esse apresenta grande evolução educacional, possibilitando melhores oportunidades para a categoria seja de outras ocupações, seja em melhores condições no trabalho doméstico.

Gráfico 2: Composição educacional no emprego doméstico (2002-2011)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME (IBGE), para o período de 2002-2011.

Gráfico 3: Composição educacional no emprego doméstico (2012-2019)



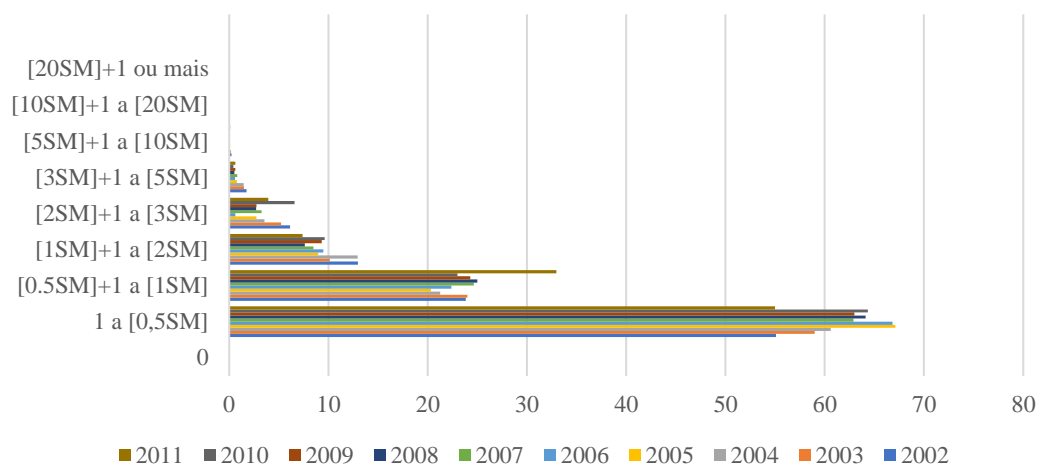
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (IBGE), para o período de 2012-2019.

4.2. Composição socioeconômica do emprego doméstico

A priori, para aferir as condições de uma ocupação deve-se considerar o rendimento como fator fundamental, uma vez que é determinante para dinâmica de entrada e saída do mercado de trabalho. Dessa maneira, os gráficos 4 e 5 permitem a análise dessa variável para o emprego doméstico nos ciclos econômicos de 2002 a 2019 e nela é percebido o baixo nível de rendimento para a categoria, sendo restrito de 0,5 a 1 salário-mínimo para mais de 50% das empregadas domésticas durante toda década passada, mas considerando os anos seguintes há uma mudança relevante nesse rendimento com o aumento entre 1,5 e 2 salários-mínimos, contemplando cerca de mais de 50% da categoria- indicando mesmo assim baixos rendimentos salariais.

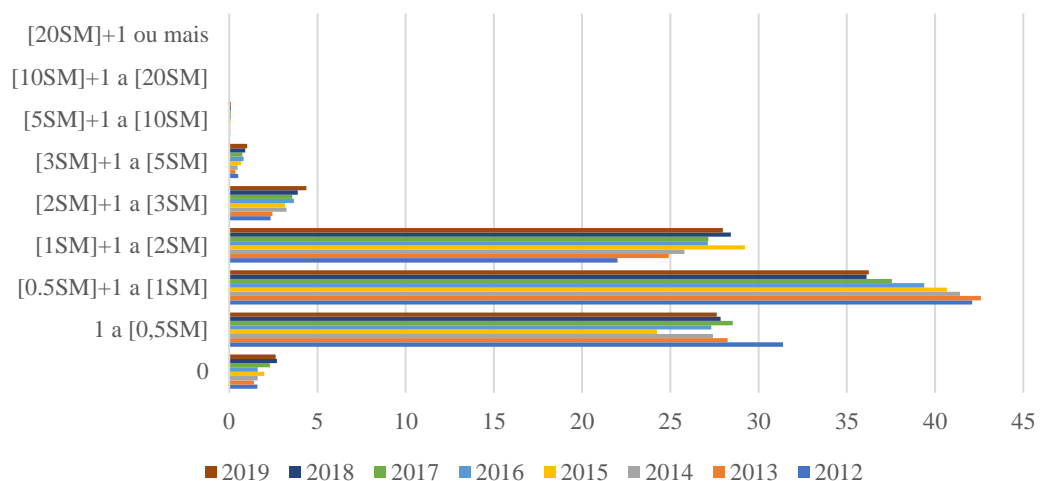
Cabe dizer que alterações institucionais foram essenciais para melhora das condições socioeconômicas do emprego doméstico, desde a emenda constitucional de 2012 que defendeu seguridades básicas para esse até a implementação no ano de 2015 da PEC das domésticas responsável por garantir direitos trabalhistas para as empregadas domésticas. A partir de então, aquelas que trabalham mais de 2 vezes na semana na casa de seu empregador, sendo conhecida popularmente como mensalista, deve ter garantido seus direitos trabalhistas, assim como é para outras ocupações. Logo, esses direitos consistem tanto em possuir carteira de trabalho assinada, quanto em receber salário-mínimo tanto pela institucionalidade para mensalistas quanto pelo poder de barganha que diaristas conquistam considerados os custos de oportunidade, implicando na alteração significativa da década passada.

Gráfico 4: Relação percentual de rendimento para o emprego doméstico (2002-2011)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME (IBGE), para o período de 2002-2011.

Gráfico 5: Relação percentual de rendimento para o emprego doméstico (2012-2019)



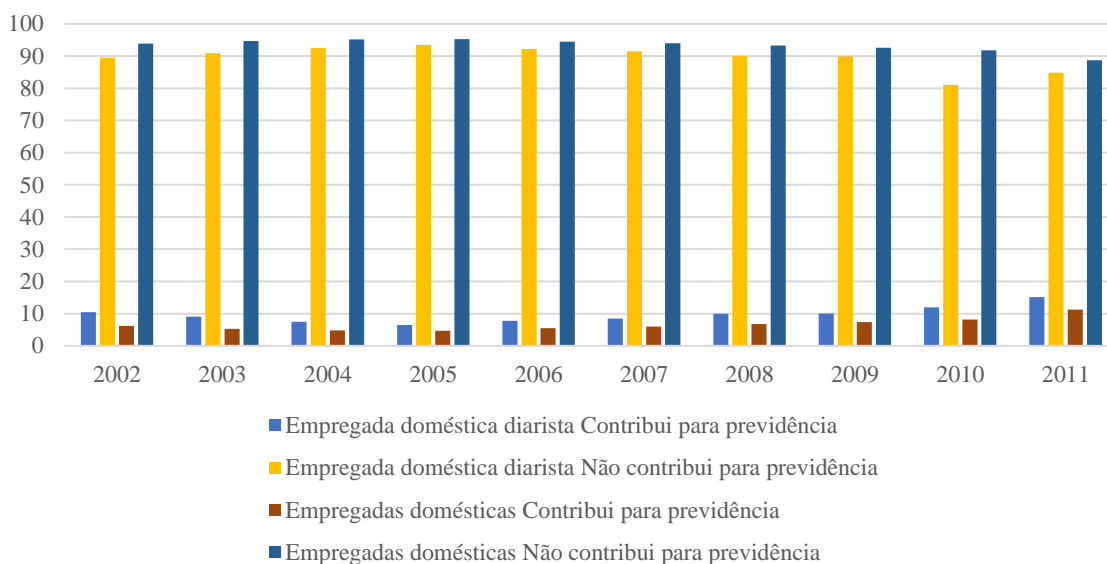
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (IBGE), para o período de 2012-2019.

A posteriori, a fim de examinar a desigualdade do emprego doméstico uma análise importante está na seguridade social das trabalhadoras, nesse aspecto os gráficos 6 e 7 trazem

a relação comparativa para contribuição da previdência entre o nível das empregadas domésticas de modo geral e as empregadas diaristas.

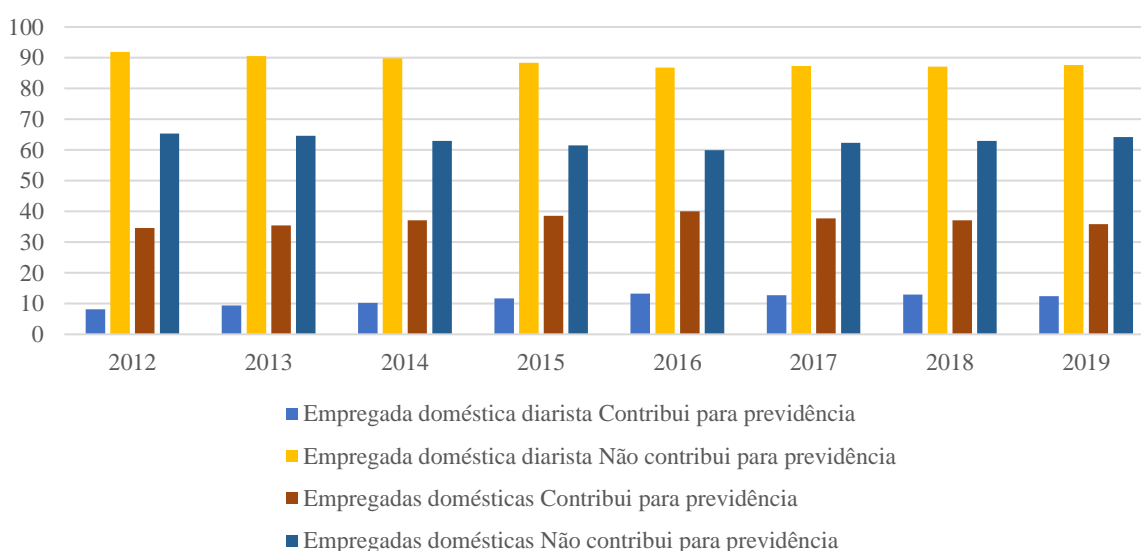
O gráfico permite inferir a baixa seguridade dessas para todo período de análise, tendo os anos 2000 os piores índices com a contribuição das empregadas domésticas abaixo dos 20%, situação que muda para a década passada com a contribuição das empregadas domésticas em geral chegando próximo aos 40% contribuintes, mas para as diaristas o índice permanece abaixo dos 20% dando continuidade na insegurança para essa categoria do emprego doméstico.

Gráfico 6: Assistência previdenciária para o emprego doméstico (2002-2011)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME (IBGE), para o período de 2002-2011.

Gráfico 7: Assistência previdenciária para o emprego doméstico (2012-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (IBGE), para o período de 2012-2019.

4.3. Emprego doméstico em relação aos ciclos econômicos

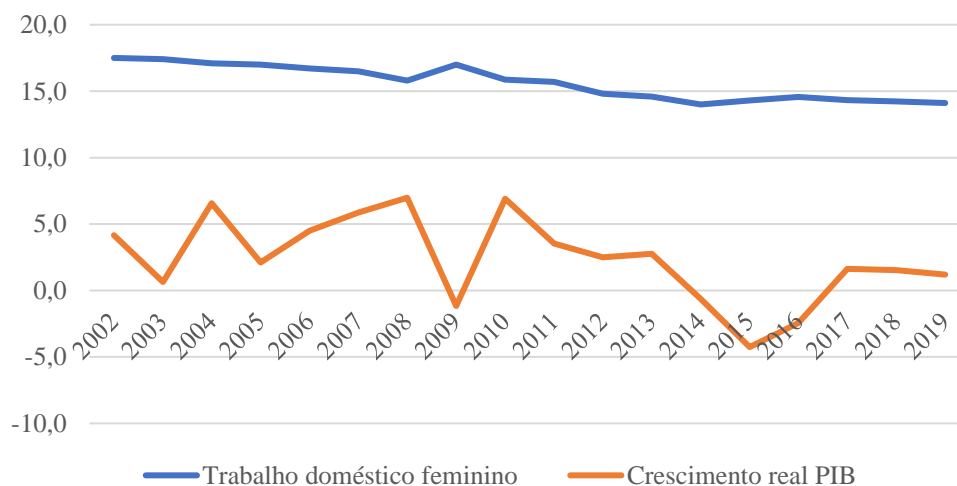
O emprego doméstico apresenta alta sensibilidade à conjuntura econômica devido às condições de precarização da ocupação e o perfil de mão-de-obra que o compõe o qual tende a transitar para outras ocupações de menores qualificações, em busca das melhores oportunidades. Dessarte, o emprego doméstico possui como dinâmica formadora a relação de entrada e saída de trabalhadores diante das movimentações econômicas.

Nesse sentido em períodos de desenvolvimento econômico a tendência é a melhora do mercado para todos os trabalhadores, assim sendo há a possibilidade tanto de saída da ocupação para melhores condições de trabalho ou oportunidades de estudo quanto a permanência no trabalho doméstico mediante melhores remunerações. Do contrário, recessões econômicas costumam significar a entrada de trabalhadores no emprego doméstico, dado piores condições de mercado e a alternativa de alocação em ocupações de menores qualificações.

O gráfico 8 contempla esse cenário na medida em que quedas do Produto Interno Bruto (PIB) representou maior participação feminina no emprego doméstico, a exemplo dos anos de 2009 e 2016 nos quais as fortes quedas de PIB se relacionaram com o aumento do emprego doméstico. De modo oposto, períodos de crescimento do PIB estão associados a menor participação feminina no mercado de trabalho, como pode-se perceber para os anos de 2004 e 2008.

Destarte, é com a construção do emprego doméstico na precariedade que ele se mantém e se integra aos ciclos econômicos por meio de sensibilidades que intensificam as relações de precariedade, haja vista as consequências das movimentações para dentro e para fora do emprego doméstico tanto na relação de demanda e oferta e barganha salarial, quanto para o empregado doméstico permeado pela vida de insegurança, instabilidade e em condições de precariedade.

Gráfico 8: Relação emprego doméstico e flutuações do PIB (2002-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (IBGE), para o período de 2012-2019, e PME (IBGE), para o período de 2002-2011.

5. Estimação econométrica: resultados da regressão linear múltipla

As regressões lineares múltiplas corroboram com os aspectos apontados anteriormente. As estimações de correlação da participação no emprego doméstico com as características socioeconômicas para o período de 2002 a 2019 nas Tabelas 1 e 2 confirmam a formação do emprego doméstico por um perfil específico, sendo ele de indivíduos mais marginalizados. Desse modo, a correlação da participação no emprego doméstico com mulher é positiva e de

alto índice em comparação com outros aspectos, então percebe-se que a participação no emprego doméstico por mulher é dada por considerável probabilidade. Outrossim, chefes de domicílio e presença de crianças de até 6 anos nos domicílios também conduzem a mesma assimilação positiva com a participação no emprego doméstico, o que pode ser tido a partir da necessidade de ofertar esse tipo de serviço dado a posição no domicílio e a responsabilidade quanto aos menores de idade.

Por outro lado, a correlação da participação no emprego doméstico com ser branco se dá de modo negativo, isso porque essa atividade possui uma construção histórico-social ligada a raça preta. Ademais, correlações também negativas quanto a participação no emprego doméstico está em possuir cônjuge, haja vista que esse pode estar empregado e gerar oportunidades de outras ocupações ou de qualificação, implicando no maior salário reserva. Assim como isso está relacionado negativamente com os anos de estudos pelos mesmos aspectos de oportunidades e salário reserva.

Ainda se constata a participação no emprego doméstico com as características regionais, nas quais há uma correlação positiva de modo geral- com menor expressão para região Nordeste-, e em exceção para a região Norte. Em uma associação de análise com a correlação salário do emprego doméstico é possível inferir menores ofertas nos mercados de trabalho no Norte e Norte, relativo a baixos salários para a ocupação, representando, portanto, uma dinâmica específica do mercado de emprego doméstico para essas regiões.

A fim de contemplar a dinâmica do emprego doméstico é importante estimar sua relação com a conjuntura, ligada ao PIB. Desse modo, foi possível notar uma correlação positiva, entretanto baixa entre tais parâmetros para o período de 2002 a 2011 e negativa para os demais anos, isso ocorre pela relação contraditória no emprego doméstico em que quedas do PIB -as quais indicam a recessão do país- aumentam a probabilidade de oferta de mão de obra nesse mercado de trabalho, uma vez que trata-se de um trabalho não especializado, enquanto o desenvolvimento do PIB associado ao desenvolvimento do país oferece oportunidades e melhoras no mercado de trabalho o que implica na diminuição da oferta de mão de obra nessa ocupação. Nesse caso a década passada ainda passava por períodos de transformações sociais quanto a construção de oportunidades para as classes de baixa renda, nesse sentido a participação no emprego doméstico está mais ligada a demanda, logo a queda do PIB traz a queda do emprego doméstico pelo desemprego, enquanto o crescimento do PIB permite um retorno a ocupação.

Tabela 1: Estimação do emprego doméstico com características socioeconômicas e conjuntura do emprego doméstico (2002-2011)

empregodomestico	Coef.	Std. Err.	t	P> t
l_pib	.0189532	.0009395	20.17	0.000
mulher	.1742622	.0002357	739.20	0.000
conjuge_fam	-.0175874	.0002531	-69.48	0.000
criancas06_fam	.0069868	.0002599	26.88	0.000
branco	-.0317602	.0002511	-126.49	0.000
chefededomicilio	.0078123	.0002354	33.19	0.000
anosdeestudo	-.0657313	.0001091	-602.46	0.000
regiao				
2	.0110076	.0004048	27.19	0.000
3	.0084381	.0004556	18.52	0.000
4	.0111857	.0004071	27.48	0.000
5	.0136387	.0004194	32.52	0.000
6	.0051102	.0004488	11.39	0.000
_cons	.1966624	.0046344	42.43	0.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME (IBGE), para o período de 2002 a 2011.

Notas: l_pib: logaritmo do PIB, conjue_fam: presença de cônjuge, criancas06_fam: presença de crianças de 0 a 6 anos, chefededomicilio: chefe de domicílio, anosdeestudo: anos de estudo.

Tabela 2: Estimação do emprego doméstico com características socioeconômicas e conjuntura do emprego doméstico (2012-2019)

empregodomestico	Coef.	Std. Err.	t	P> t
l_pib	-.0750268	.0031647	-23.71	0.000
mulher	.1513952	.0001825	829.50	0.000
conjuge_fam	-.0267262	.0002027	-131.86	0.000
criancas06_fam	.0014632	.0001968	7.43	0.000
branco	-.0199733	.0001945	-102.71	0.000
chefededomicilio	.0133247	.0001789	74.47	0.000
anosdeestudo	-.0108678	.0000205	-530.92	0.000
regiao				
2	-.0010982	.0002847	-3.86	0.000
3	.0275403	.0002334	117.99	0.000
4	.0092069	.0002754	33.43	0.000
5	.0255349	.0003073	83.08	0.000
_cons	.504243	.0162509	31.03	0.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (IBGE), para o período de 2012 a 2019.

Notas: l_pib: logaritmo do PIB, conjue_fam: presença de cônjuge, criancas06_fam: presença de crianças de 0 a 6 anos, chefededomicilio: chefe de domicílio, anosdeestudo: anos de estudo.

A correlação do modelo entre o salário do emprego doméstico e as características socioeconômicas nas Tabelas 3 e 4 refletem maior vulnerabilidade para as pessoas mais marginalizadas socialmente. Nesse sentido, é possível perceber correlações contrárias entre salário do emprego doméstico e ser mulher, ter presença de crianças menores de 6 anos em casa, o que significa menores probabilidades de remunerações adequadas dado esse perfil observado advindos de preconceitos e desvalorização do trabalho feminino, em especial para aquelas que são mães. Já em contraponto, a correlação salário do emprego doméstico e ser branco é positivamente relacionado, assim há maiores probabilidades de melhores remuneração.

O modelo ainda aponta como se dá essa relação positivamente para indivíduos os quais são chefes de família, portanto, precisam de remunerações maiores- que podem vir de mais trabalho-, assim como é para aqueles que possuem cônjuge, maior nível de escolaridade, tendo em vista que podem possuir maior salário reserva, pois há a possibilidade de emprego para o companheiro no primeiro caso e no segundo caso há possibilidade de outras ocupações para os próprios indivíduos.

Por fim, trata-se nesse aspecto também da região na qual os indivíduos moram, nelas há uma correlação positiva com o salário do emprego doméstico- de menor expressão para região Norte nos anos de 2012 a 2019-, com a exceção de Salvador. Desse modo o mercado de trabalho de emprego doméstico na região Norte e Nordeste, em especial Salvador, pode ser entendido por meio dessa dinâmica de baixa oferta por baixa demanda, logo mais baixos salários.

Destarte, a regressão também conta com a correlação na perspectiva dos ciclos econômicos, nos quais o PIB se faz de essencial leitura. Então, assim como se pode deduzir há uma relação positiva entre o emprego doméstico e o PIB, a ressaltar o aumento mais que proporcional do salário do emprego doméstico em relação ao PIB para a década passada. Por isso o desenvolvimento econômico do país representa aumento do salário do emprego doméstico, de mesmo modo que recessões representariam diminuição do salário dessa ocupação. As explicações para tais movimentações estariam no desenvolvimento pelas oportunidades de trabalho em outras ocupações, de qualificação por meio da educação, portanto, baixa na oferta desse emprego, ao mesmo tempo com aumento da demanda pelas classes médias e altas, tendo em vista melhora de todo mercado, especialmente para as mulheres dessas classes, o que acarreta maiores salários. Em contraposição as movimentações de recessão aumentariam a oferta nesse mercado de trabalho, já que se trata de uma ocupação a qual exige menores especializações, e diminuiriam a demanda ao passar a responsabilidade dessas atividades para as mulheres do domicílio, viabilizando as menores remunerações.

Tabela 3: Estimção econométrica do salário do emprego doméstico com características socioeconômicas e conjuntura do emprego doméstico (2002-2011)

l_salario	Coef.	Std. Err.	t	P> t
l_pib	2.258727	.0071672	315.15	0.000
mulher	-.2529473	.0038321	-66.01	0.000
conjuge_fam	.0179722	.0019745	9.10	0.000
criancas06_fam	-.0857267	.0018565	-46.18	0.000
branco	.02811	.0019197	14.64	0.000
chefededomicilio	.0666443	.0019978	33.36	0.000
anosdeestudo	.0584046	.0007891	74.02	0.000
regiao				
2	.4107491	.0030794	133.39	0.000
3	-.0042577	.0032822	-1.30	0.195
4	.2026844	.0029944	67.69	0.000
5	.3513175	.0031226	112.51	0.000
6	.3269072	.0035042	93.29	0.000
_cons	-5.550407	.0354047	-156.77	0.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME (IBGE), para o período de 2002 a 2011.

Notas: l_pib: logaritmo do PIB, conjue_fam: presença de cônjuge, criancas06_fam: presença de crianças de 0 a 6 anos, chefededomicilio: chefe de domicílio, anosdeestudo: anos de estudo.

Tabela 4: Estimação econométrica do salário do emprego doméstico com características socioeconômicas e conjuntura do emprego doméstico (2012-2019)

L_salarioempre~o	Coef.	Std. Err.	t	P> t
l_pib	.1311751	.0056386	23.26	0.000
mulher	-.1662565	.0003268	-508.78	0.000
conjuge_fam	.0614029	.0003581	171.47	0.000
criancas06_fam	-.0367357	.0003511	-104.64	0.000
branco	.0848804	.0003451	245.97	0.000
chefededomicilio	.1386511	.0003181	435.86	0.000
anosdeestudo	.0509644	.000037	1377.90	0.000
regiao				
2	.1332424	.0005152	258.64	0.000
3	.2560976	.0004159	615.74	0.000
4	.2942252	.0004906	599.67	0.000
5	.3014267	.0005408	557.32	0.000
_cons	-.4118872	.0289535	-14.23	0.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (IBGE), para o período de 2012 a 2019.

Notas: l_pib: logaritmo do PIB, conjue_fam: presença de cônjuge, criancas06_fam: presença de crianças de 0 a 6 anos, chefededomicilio: chefe de domicílio, anosdeestudo: anos de estudo.

Em suma, dado aspectos quantitativos comparáveis para os períodos observados é possível notar manutenções dos perfis da ocupação para características socioeconômicas e salariais. Isso ocorre com pequenas quedas nas correções de participação no emprego doméstico pelo gênero, raça, presença de filhos, ainda que para correlações de salário do emprego doméstico apresentam uma pequena melhora quanto a correlação de salário nessa ocupação apenas para as mulheres-ainda mantendo uma forte correlação negativa- e chefes de família. Ademais, há um pequeno retrocesso quanto a participação no emprego doméstico em correlação com os anos de estudo e possuir cônjuge, desse modo esses parâmetros responsáveis por oportunidades de alocação ocupacional reiteram maior possibilidades de participação no emprego doméstico.

6. Considerações finais

Destarte, é possível entender que o emprego doméstico nos ciclos econômicos do Brasil tem sua centralidade pautada em crises e precariedade, dado o histórico exploratório, o perfil dos trabalhadores marcado por características socioeconômicas definidas, a vulnerabilidade frente as movimentações econômicas.

Portanto, a compreensão dessa realidade só pôde ser observada por meio dos referenciais teóricos já existentes acerca das questões histórico-sociais associados as análises econômicas conjunturais atuais, feitas com análises descritivas de base de dados e pelas regressões lineares múltiplas. Afinal, com esse ferramental houve a construção das bases que norteiam a existência e o desenvolvimento e do emprego doméstico contemporaneamente, para além de apontar expectativas para esse no mundo pós-pandêmico e urgir políticas públicas e mudanças estruturais para as milhões de trabalhadoras brasileiras ocupadas nessa função.

Logo, os objetivos traçados no sentido de visibilizar o emprego doméstico com arcabouço acadêmico e estruturar as bases das condições das empregadas domésticas foram realizados no artigo. No entanto, há limitações quanto a mais aspectos e maior profundidade desses dentro do assunto retratado, uma vez que dada a generalização temática é preciso especializações que deem conta de complexidades mais específicas do emprego doméstico.

Dessa forma, é necessário apreender que a visibilização do emprego doméstico no Brasil vai além da dominação acadêmica acerca do tema e perpassa a projeção de políticas públicas, ou seja, faz-se a visibilidade para milhões de vidas femininas no Brasil com o intuito de cessar a precariedade, a desigualdade, a estigmatização, a crise.

Referências bibliográficas

- Accoroni, Maria Isabel, e Luiz Scorzafave. "Impacto da redução de encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas ." 2011.
- Brandão, Juliana, Camila Vogt, Liviane Rego, Carnot Guimarães Filho, e João Bastos. "O impacto do COVID-19 no rendimento médio do brasileiro, com ênfase no trabalho doméstico." *Laboratório de equidade social*, 2021.
- Bruschini, Cristina. "Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? ." 2006.
- Costa, J.; Barbosa, A. L.; Hidrata, G. (2016). Effects of domestic works legislation reform in Brazil. *International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG)*. Fonte: https://ipcig.org/pub/eng/WP149_Effects_of_domestic_worker_legislation_reform_in_Brazil.pdf
- Federici, Silvia. *O ponto zero da revolução*. Coletivo Sycorax , 2013.

- Goldstein, D. (2003). The Aesthtics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. *Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shanytown*. Berkeley, University of California Press, p. 93-107.
- Joana Costa, Ana Luísa Barbosa, Guilherme Hirata, Felipe Mendonça Russo. “Crise econômica e a transição do emprego doméstico no Brasil .” 2019.
- Lemos, P.; Almeida-Filho, N.; Firmo, J. (2020). COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em futuro bem próximo. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 2, n. 4, p. 39-50.
- Madalazzo, Regina, Ludmilla Shiratori, e Sergio Martins. “Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? .” *Revista Estudos Feministas* , 2010.
- Marques, L. (2011). *Emprego doméstico no Brasil e na América Latina: da caraterização aos desafios*. Sempre Viva organização feminista. Disponível em: http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/SOF-texto_emprego_domestico_22-03OK.pdf
- Pereira, Hildete. “O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras .” 1998
- Picanço, Felícia. “O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições .” *Revista Latino Americana de Estudos do Trabalho* , 2014.
- Pinheiro, L.; Lira F.; Rezende, M.; Fontoura, N. (2019). Os desafios do passado no emprego doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Texto para Discussão n. 2528. Rio de Janeiro.
- Souza, André Portela. “A modalidade ocupacional das trabalhadoras domésticas no Brasil .” 2008.
- Vieceli, Cristina Pereira, Juliane Furno, e Carlos Henrique Horn. “Emprego doméstico em tempos de crise: impactos da recente precarização do mercado de trabalho sobre a categoria doméstica no Brasil.” 2017.